

Grupo Fiibo S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 258EC-026-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Grant Thornton Auditoria e
Consultoria Ltda.**

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Grupo Fiibo S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Fiibo S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Grupo Fiibo S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de agosto de 2025

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0



Rafael Castro Hansted
Contador CRC 1SP-337.546/O-1

Grupo Fiibo S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em reais)

Ativo

	Notas	Consolidado		Controladora	
		2024	2023	2024	2023
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.316.859	9.630.368	1.350.669	8.869.951
Contas a receber	4	939.128	1.348.203	-	-
Tributos a recuperar	-	113.302	65.171	894	-
Adiantamentos	-	35.224	319.397	11.875	19.510
Outros ativos circulantes	-	30.738	56.515	3.944.592	17.060
Total do ativo circulante		5.435.251	11.419.654	5.308.030	8.906.521
Ativo não circulante					
Outros ativos não circulantes	-	382.467	389.324	382.467	389.324
Investimentos	5	-	-	2.463.599	3.952.851
Imobilizado	6	2.183.802	2.107.067	224.932	105.298
Intangível	7	2.030.133	1.393.379	28.025	30.565
Total do ativo não circulante		4.596.402	3.889.770	3.099.024	4.478.038
Total do ativo		10.031.653	15.309.425	8.407.054	13.384.559

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Grupo Fiibo S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	Consolidado		Controladora	
		2024	2023	2024	2023
Passivo circulante					
Fornecedores e Contas a pagar (operadoras)	8	1.423.060	1.550.081	320.274	38.362
Empréstimos e financiamentos	9	2.787.548	1.567.864	2.787.548	1.562.500
Obrigações trabalhistas e sociais	-	117.359	254.137	4.898	24.175
Obrigações tributárias	-	48.744	115.528	4.360	7.247
Outros passivos circulantes	-	141.959	88.852	7.783	28.155
Total do passivo circulante		4.518.669	3.576.463	3.124.862	1.660.438
Passivo não circulante					
Fornecedores e Contas a pagar. (operadoras)	8	333.946	-	333.946	-
Provisão para Perdas de Investimentos	5	-	-	(10.024)	14.335
Empréstimos e financiamentos.	9	-	937.500	-	937.500
Outros passivos não circulantes	-	220.768	357.122	-	333.946
Total do passivo não circulante		554.714	1.294.622	323.922	1.285.781
Patrimônio líquido					
	10				
Capital social	-	15.565.660	14.563.835	15.565.660	14.563.835
Reservas de capital	-	-	3.595.230	-	3.595.230
(-) Ações em tesouraria	-	(269.899)	(226.399)	(269.899)	(226.399)
Prejuízos acumulados	-	(10.337.491)	(7.494.326)	(10.337.491)	(7.494.326)
Total do patrimônio líquido		4.958.270	10.438.340	4.958.270	10.438.340
Total do passivo e patrimônio líquido		10.031.653	15.309.425	8.407.054	13.384.559

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Grupo Fiibo S.A.

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em reais)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		2024	2023	2024	2023
Receita líquida	11	7.237.225	6.711.752	-	-
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	12	(3.948.244)	(2.076.628)	-	-
Lucro bruto		3.288.981	4.635.124	-	-
Despesas gerais e administrativas	13	(10.082.964)	(11.543.584)	(1.439.589)	(3.070.257)
Equivalência patrimonial	-	-	-	(5.315.802)	(4.308.530)
Outras receitas operacionais, líquidas	-	(77.397)	(253.627)	(82.986)	-
Resultado antes das receitas/(despesas) financeiras		(6.871.380)	(7.162.087)	(6.838.377)	(7.378.787)
Receita financeira	-	807.964	629.526	468.727	479.333
Despesa financeira	-	(606.719)	(475.122)	(300.485)	(107.985)
Resultado financeiro	14	201.246	154.404	168.242	371.348
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(6.670.135)	(7.007.683)	(6.670.135)	(7.007.439)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	-	-	-	-	-
Prejuízo líquido		(6.670.135)	(7.007.683)	(6.670.135)	(7.007.439)
Atribuível:					
Acionistas controladores da companhia	-	(6.670.135)	(7.007.439)	(6.670.135)	(7.007.439)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(244)	-	-
Prejuízo líquido por ação		(6.670.135)	(7.007.683)	(6.670.135)	(7.007.439)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Grupo Fiibo S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

[Em reais]

	Consolidada					Total
	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Prejuízos Acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (Não auditado)	1.625.867	751.246	-	-	(486.887)	1.890.226
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(7.007.439)	(7.007.439)
Constituição de reserva de capital	-	-	-	3.595.230	-	3.595.230
Integralização de capital	-	(751.246)	-	-	-	(751.246)
Aumento de capital	12.939.968	-	-	-	-	12.939.968
Constituição de ações em tesouraria	-	-	(228.399)	-	-	(228.399)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	14.565.835	-	(228.399)	3.595.230	(7.494.326)	10.438.340
Aumento de Capital	999.825	-	-	-	-	999.825
Receb de doação de Ações em Tesouraria	-	-	(40.000)	-	-	(40.000)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	(6.670.135)	(6.670.135)
Reserva de Capital	-	-	-	250.175	-	250.175
Estorno de participação	-	-	(1.500)	(19.650)	-	(21.150)
Outras mutações do patrimônio líquido	-	-	-	-	1.215	1.215
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	-	(3.825.755)	3.825.755	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	15.565.660	-	(269.899)	-	(10.337.491)	4.958.270

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Grupo Fiibo S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em reais)

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Lucro Líquido do Exercício	(6.670.135)	(7.007.683)	(6.670.135)	(7.007.439)
Ajustes				
Depreciação	79.160	34.595	36.260	8.149
Amortização	512.475	239.993	9.998	7.814
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	5.315.802	-
Juros provisionados de debêntures	282.184	-	-	-
PCLD	517.737	461.754	-	-
Outros	(19.935)	(5.054)	-	(14.795)
Lucro Líquido do Exercício Ajustado	(5.298.514)	(6.276.395)	(1.308.076)	(7.006.271)
Atividades operacionais				
Contas a receber	(108.662)	563.923	-	-
Tributos a recuperar	(48.131)	(31.007)	(894)	-
Adiantamentos	284.173	(185.465)	7.635	(19.510)
Outros ativos circulantes	25.777	49.316	(3.925.762)	(17.060)
Outros ativos não circulantes	6.857	(389.324)	6.856	(389.324)
Fornecedores e Contas a pagar (operadoras)	(127.021)	(1.010.756)	281.912	37.756
Obrigações trabalhistas e sociais	(136.778)	28.182	(19.277)	24.175
Obrigações tributárias	(66.784)	40.046	(2.887)	7.247
Outros passivos circulantes	53.107	(59.197)	(20.372)	28.155
Fornecedores e Contas a pagar. (operadoras)	333.946	-	333.946	-
Provisão para Perdas de Investimentos	-	-	(24.359)	14.335
Outros passivos não circulantes	(136.354)	291.442	(333.946)	321.946
Caixa líquido das atividades operacionais	80.129	(702.839)	(3.697.148)	7.721
Atividades de investimento				
(+) Outros recebimentos das atividades de investimento			(3.848.255)	(6.377.480)
(-) Pagamento de aquisição de ativo imobilizado – outros	(155.895)	(148.633)	(155.894)	(113.447)
(-) Pagamento relativos ao ativo intangível	(1.149.230)	(542.181)	(7.458)	(6.505)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(1.305.125)	(690.813)	(4.011.607)	(6.497.432)
Atividades de financiamento				
(+) Integralização de capital em dinheiro	1.250.000	15.555.553	1.250.000	15.555.553
(+) Recebimento - empréstimos/financiamentos	-	731.369	287.548	2.500.000
(-) Recebimento de ações em tesouraria	(40.000)	-	(40.000)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	1.210.000	16.286.922	1.497.548	18.055.553
Variação líquida de caixa	(5.313.509)	8.616.875	(7.519.283)	4.559.570
Saldo anterior	9.630.368	1.013.493	8.869.951	1.607
Saldo final	4.316.859	9.630.368	1.350.669	8.869.951
Variação líquida de caixa	(5.313.509)	8.616.875	(7.519.283)	8.868.344

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

O Grupo Fiibo S.A. (“Companhia”), pessoa jurídica de direito privado, constituída sob forma de sociedade por ações de capital fechado, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº 41.976.934/0001-40, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará - JUCEC sob o NIRE nº 2330004901-2 com despacho em 23/12/2021 por meio do protocolo 21/182.760-6.

A Grupo Fiibo S.A, tem por objetivo principal o desenvolvimento de atividade de Holdings de instituições não financeiras.

A Grupo Fiibo S.A, tem por modelo de negócios a constituição subsidiária e a participação no capital de outras sociedades, conforme Estatuto.

A Grupo Fiibo S.A é Controladora das empresas do Grupo, sendo a Interbrasil Administradora de Benefícios de Saúde Ltda, administradora de benefícios, com 100% do Capital Social, Pacto Corretora e Apoio a Corretoras De Seguros Ltda, consultoria e corretora de seguros, com 100% do Capital Social e a Fiibo Saúde e Bem Estar Ltda, empresa de tecnologia do grupo, também com 100% do Capital Social.

A atuação capitalizada da Grupo Fiibo S.A, permite-lhe estar localizada em várias Unidades da Federação, permitindo-lhe pulverização de suas receitas recorrentes e maior previsibilidade de seu modelo de negócios.

O Grupo Fiibo S.A é uma Sociedade estruturada sob as melhores práticas de compliance e governança corporativa, tendo sua administração exercida por uma diretoria eleita pelos sócios fundadores.

Plano de continuidade dos negócios

A Fiibo, em sua fase seed, encontra-se em um estágio de investimento intensivo, focado no desenvolvimento de soluções inovadoras no setor de saúde. É natural nesta etapa inicial que a empresa apresente queima de caixa, refletida nos prejuízos reportados em nosso balanço patrimonial. Este fenômeno é esperado e está alinhado com a estratégia de crescimento adotada.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1. Base de apresentação e aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas nas Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09 e pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as respectivas Normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que os aprovaram.

As demonstrações financeiras da Empresa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pela administração em 15 de agosto de 2025, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valores com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis.

Os instrumentos financeiros derivativos estão apresentados com base em seu valor justo.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

2.3. Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e de suas controladas conforme demonstrado a seguir:

Razão social	Controle	31/12/2024	31/12/2023
Interbrasil Administradora de Benefícios de Saúde Ltda	Direto	100%	100%
Fiiibo Saúde e Bem Estar Ltda	Direto	100%	100%
Pacto Corretora e Apoio a Corretoras de Seguros Ltda	Direto	100%	100%

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram utilizadas demonstrações financeiras das controladas encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis adotadas pela controladora. O processo de consolidação contempla os procedimentos previstos na legislação societária brasileira, a seguir descritos:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação da participação da controladora no patrimônio líquido da entidade controlada;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidência de problemas de recuperação dos ativos relacionados.

2.4. Moeda funcional

As transações incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensuradas usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação, exceto quando indicado de outra forma.

2.5. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando sua titularidade é transferida, bem como seus riscos e benefícios. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e por suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

A classificação dos ativos financeiros não derivativos no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e de suas controladas para a gestão destes ativos financeiros. Os ativos financeiros não derivativos são inicialmente reconhecidos e classificados na categoria de custo amortizado.

Custo amortizado

As transações classificadas nessa categoria são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor de custo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, essas transações são atualizadas pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

As transações classificadas como custo amortizável abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, empréstimos e partes relacionadas.

Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece todos os passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um passivo financeiro é baixado quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, contas a pagar e partes relacionadas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor custo por meio do resultado, e posteriormente atualizados com o acréscimo de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6. Políticas contábeis materiais

a) Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor custo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão é realizada com base na expectativa de realização das contas a receber, levando em consideração os itens vencidos a mais de 180 dias somados a percentual de risco sobre os itens a vencer, respeitando as perdas esperadas, conforme definido pelo CPC 48. A política para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa está descrita na Nota Explicativa nº 4.

b) Investimentos

Os investimentos em empresas são contabilizados ao custo, ajustados com base no método da equivalência patrimonial após a aquisição da participação societária.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controlada, a Controladora reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Controladora e suas controladas, são eliminados de acordo com a participação mantida nas controladas.

c) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro do resultado.

Está demonstrado a estimativa dos custos com desmontagem e remoção do imobilizado e de restauração do local onde estão localizadas as pedreiras, calculados a valor presente.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que a vida útil do bem será estendida e que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas fiscais definidas pela legislação.

Os ativos são depreciados até seu valor residual, ou seja, o valor que a Companhia espera receber ao final de sua vida útil. As taxas de depreciação, calculadas com base na vida útil dos ativos, estão apresentadas na Nota Explicativa nº 6.

d) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

e) Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos financeiros

Os critérios que a Companhia e suas controladas usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por redução ao valor recuperável incluem: **(i)** dificuldade financeira relevante do devedor; **(ii)** uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; **(iii)** razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; e **(iv)** possibilidade provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos financeiros são avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências objetivas de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo não financeiro é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável somente é revertida na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia e suas controladas não realizou teste de recuperabilidade dos itens e unidades geradoras de caixa do ativo imobilizado e do ágio fundamentado na expectativa de rentabilidade futura ("goodwill"), por não ter identificado nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão de perda sobre seus ativos não financeiros em 2024.

f) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor custo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

g) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor de custo e em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

h) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com razoável segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação for provável nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

j) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000,00 por ano e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício.

O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Tributos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias e/ou dos prejuízos fiscais que poderão ser compensados ou reduzidos da base de cálculo. O ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social deve ser reconhecido, desde que a Companhia tenha histórico de rentabilidade e que possa ser compensado futuramente.

k) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas.

A receita é apresentada líquida dos tributos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas para empresas investidas, quando controlada.

Venda de produtos e serviços

As controladas reconhecem a receita quando: **(i)** o contrato entre as empresas do grupo e os clientes estiverem aprovados; **(ii)** as empresas do grupo conseguirem identificar confiavelmente os direitos e termos de pagamento dos envolvidos; **(iii)** o contrato possuir substância comercial; e **(iv)** for provável que as empresas do grupo recebam a contraprestação de direto sobre os serviços prestados ou mercadorias transferidas.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização provável.

Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

i) Listamos a seguir as normas contábeis que foram publicadas a partir de 1º de janeiro de 2024:

Normas revisadas com adoção a partir de 1º de janeiro de 2024

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações ao IFRS 16/CPC 06 (R2): Passivo de locação em um Sale and Leaseback (transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao IAS 1/CPC26 (R1): Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações financeiras) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1o de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimos existentes podem exigir renegociação.

Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1)

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos.

Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1o de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R3)

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações à IAS 21/CPC 02 (R2)

Ausência de conversibilidade. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações à IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros que alteram a IFRS 9 (CPC 48) e a IFRS 7 (CPC 40 (R1)) e que abordam os seguintes tópicos:

- Desreconhecimento de passivo financeiro liquidado por transferência eletrônica;

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Classificação de ativos financeiros – termos contratuais que são consistentes com um acordo básico de empréstimo;
- Classificação de ativos financeiros – ativos financeiros com características sem recurso;
- Classificação de ativos financeiros – instrumentos contratualmente vinculados;
- Divulgações – investimentos em instrumentos patrimoniais designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
- Divulgações – termos contratuais que podem alterar a época ou o valor dos fluxos de caixa contratuais na ocorrência (ou não ocorrência) de um evento contingente.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual. Contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza – Emendas à IFRS 9/CPC 48 e à IFRS 7/ CPC 40 (R1)

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu este documento para que as empresas possam melhor relatar os impactos financeiros dos contratos de eletricidade relacionados à natureza, que geralmente são estruturados como contratos de compra de energia (PPAs, na sigla em inglês).

Os contratos de eletricidade relacionados à natureza ajudam as empresas a garantir o fornecimento de eletricidade a partir de fontes como a energia eólica e solar. A quantidade de eletricidade gerada por esses contratos pode variar com base em fatores incontroláveis, como as condições climáticas. As alterações na IFRS 9 e IFRS 7 incluem:

- Esclarecer a aplicação dos requisitos de “uso próprio”;
- Permitir a contabilidade de hedge se esses contratos forem usados como instrumentos de hedge;
- Adicionar novas exigências de divulgação para permitir que os investidores entendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa de uma empresa.

Essas alterações refletem o compromisso de garantir que as normas IFRS permaneçam relevantes e responsivas às necessidades do mercado. Essas emendas devem ser aplicadas para períodos de relatórios anuais após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11

Em julho de 2024, o IASB emitiu o documento Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11, que faz pequenas alterações às IFRS 1 (CPC 37 (R1)), IFRS 7 (CPC 40 (R1)), IFRS 9 (CPC 48), IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e IAS 7 (CPC 03 (R2)).

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

IFRS 18 – Apresentação e divulgações nas demonstrações financeiras

A IFRS 18 substitui a IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras, transportando diversas das exigências na IAS 1 não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da IAS 1 foram movidos para a IAS 8 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações. O IASB, também implementou pequenas alterações na IAS 7 – Demonstração do fluxo de caixa e IAS 33 – Lucro por ação. A IFRS 18 introduziu novas exigências para:

- apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado;
- apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações financeiras;
- melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações.

A entidade deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a entidade aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações

A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas demonstrações financeiras.

A subsidiária é elegível para divulgações reduzidas se não tiver responsabilidade pública e sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS.

A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis e descreve as exigências de divulgação para subsidiárias que optam por aplicá-la.

A entidade pode apenas aplicar a IFRS 19 se, no final do período de relatório:

- for uma subsidiária (isso inclui uma controladora intermediária);
- não tiver responsabilidade pública; e
- sua controladora final ou qualquer controladora intermediária prepara demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS.

A subsidiária tem responsabilidade pública se:

- seus instrumentos da dívida ou patrimoniais forem negociados em um mercado público ou se estiver no processo de emissão desses instrumentos para negociação em um mercado público (uma bolsa de valores nacional ou estrangeira ou mercado de balcão, inclusive mercados locais e regionais); ou
- detiver ativos em capacidade fiduciária para um grupo abrangente de estrangeiros como um dos seus principais negócios (por exemplo, bancos, associações de crédito, seguradoras, corretoras/negociantes de valores mobiliários, fundos mútuos e bancos de investimento normalmente atendem este segundo critério).

As entidades elegíveis podem aplicar a IFRS 19 nas suas demonstrações financeiras consolidadas, separadas ou individuais. Uma controladora intermediária elegível que não aplica a IFRS 19 nas suas demonstrações financeiras consolidadas pode fazer isso nas suas demonstrações financeiras separadas.

A nova norma é aplicável para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. Se a entidade optar por aplicar a IFRS 19 para um período de relatório anterior ao período de relatório no qual ela aplicar a IFRS 18 pela primeira vez, ela deve aplicar um conjunto modificado de exigências de divulgação descrito no anexo à IFRS 19. Se a entidade optar por aplicar a IFRS 19 para um período de relatório anual antes de ter aplicado as alterações à IAS 21, ela não deve aplicar as exigências de divulgação na IFRS 19 com relação à falta de conversibilidade.

A Companhia não espera que a IFRS 19 seja aplicada para fins das demonstrações financeiras.

A Empresa e suas controladas não adotaram antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa e suas controladas, a partir das suas vigências.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e bancos	848.859	728.374	32.696	52.151
Aplicações financeiras (i)	3.468.000	8.901.994	1.317.973	8.817.800
Total	4.316.859	9.630.368	1.350.669	8.869.951

(i) A rentabilidade das aplicações acumulada no ano de 2024 foi 91,14% do CDI (99,56% do CDI em 2023).

4. Contas a receber

	Consolidado	
	2024	2023
Contratos estipulados	641.869	534.443
Contratos não estipulados	679.971	1.037.052
XP Administradora de Benefícios Ltda.	336.621	238.422
Outras contas a receber	260.158	40
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(979.491)	(461.754)
Total	939.128	1.348.203

	Consolidado	
	2024	2023
Títulos a vencer	286.820	1.191.477
Vencidos		
De 1 a 30 dias	192.055	127.717
De 31 a 60 dias	171.628	7.135
De 61 a 180 dias	288.625	21.874
Acima de 180 dias	979.491	461.754
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(979.491)	(461.754)
Total	939.128	1.348.203

Perdas esperada com créditos

As perdas esperadas com créditos foram constituídas a partir do seguinte critério: com base em levantamento do faturamento dos últimos cinco anos, a fim de saber o percentual médio de inadimplência referente a cada ano e quanto é recuperado em média dos títulos vencidos a mais de 180 dias.

Fórmula: = **A - B + C**

Onde:

A = vencidos a mais de 180 dias;

B = valor histórico de recuperação de títulos vencidos a mais de 180 dias nos últimos 5 anos;

C = Valores históricos sobre os vencidos menores de 180 dias, baseado no percentual dos 5 últimos anos sobre o faturamento.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação da provisão para perda esperada:

Saldo em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)	-
Constituição de provisão	461.754
Saldo em 31 de dezembro de 2023	461.754
Constituição de provisão	517.737
Saldo em 31 de dezembro de 2024	979.491

5. Investimentos

% de participação	Interbrasil	Filbo	Pacto	Total
	100%	100%	100%	
Capital social	6.904.488	119.580	647.779	-
Patrimônio líquido	1.895.200	2.691.401	(10.024)	-
Resultado do exercício	(3.126.78)	(2.078.910)	(110.104)	-
Total do ativo	5.501.520	2.691.401	1.436	-
Total do passivo	(3.606.32)	(2.123.002)	(11.460)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.474.390	478.461	(14335)	3.938.516
Resultado da equivalência patrimonial	(3.126.788)	(2.078.910)	(110.104)	(5.315.802)
Aumento de capital com recursos próprios	1.547.598	2.168.848	114.415	3.830.861
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.895.200	568.399	(10.024)	2.453.575
Investimento	1.895.200	568.399	-	2.463.599
Provisão para Perdas de Investimentos	-	-	(10.024)	(10.024)

6. Imobilizado**Composição e movimentação – consolidado**

	Terreno e Edificações	Máquinas, equipamentos e instalações	Benfeitorias em		Total
			propriedades de terceiros	Móveis e utensílios	
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	1.841.000	245.182	20.885	-	2.107.067
Custo	1.841.000	363.746	20.885	-	2.225.631
Depreciação	-	(118.564)	-	-	(118.564)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.841.000	245.182	20.885	-	2.107.067
Adições	-	59.435	19.888	76.572	155.895
Depreciação	-	(58.961)	(7.723)	(12.476)	(79.160)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.841.000	245.656	33.050	64.096	2.183.802
Custo	1.841.000	423.181	40.773	76.572	2.381.526
Depreciação	-	(177.525)	(7.723)	(12.476)	(197.724)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.841.000	245.656	33.050	64.096	2.183.802

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Intangível

	Consolidado	
	2024	2023
Software	48.764	79.730
Plataforma Fiibo	1.943.636	1.273.504
Outros intangíveis	37.733	40.145
Total	2.030.133	1.393.379

Movimentação do Intangível

Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.091.842
Aquisição	541.530
Amortização	(239.993)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.393.379
Aquisição	1.149.230
Amortização	(512.476)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.030.133

8. Fornecedores e contas a pagar (operadoras)

	Consolidado	
	2024	2023
Terceiros	674.504	164.774
Operadoras	1.082.502	1.385.307
Total	1.757.006	1.550.081
Circulante	1.423.060	1.550.081
Não Circulante	333.946	-
Total	1.757.006	

O aumento é decorrente a aquisições de produtos e serviços de fornecedores negociados para o vencimento de janeiro de 2025.

9. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos	Consolidado	
		2024	2023
Banco do Brasil - Cheque Especial	14,65% a.m	-	5.269
Banco Santander - Saldo Negativo	-	-	95
Debentures Fundo Arara (a)	INPC	2.787.548	2.500.000
Total		2.787.548	2.505.364
Circulante		2.787.548	1.567.864
Não circulante		-	937.500
Total		2.787.548	2.505.364

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	2024	2023
Títulos a vencer		
Até 30 Dias	-	5.364
Até 2024	-	-
Até 2025	2.787.548	2.500.000
Total	2.787.548	2.505.364

Movimentação dos empréstimos

Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.500.000
Juros	287.548
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.787.548

Vencimento antecipado - Cláusulas restritivas (covenants)

O saldo está sendo corrigido conforme índice dado que a expectativa é de cumprimento das condições contratuais abaixo:

- (a)** Descumprimento de quaisquer cláusulas e condições desta Escritura pela Companhia, as quais, se passíveis de serem sanadas, não tenham sido sanadas no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados do recebimento de notificação escrita nesse sentido (ou em prazo menor caso prazo específico esteja previsto nesta Escritura);
- (b)** Reorganização societária da Companhia que implique em mudança de Controle;
- (c)** Pedido de falência ou recuperação judicial envolvendo a Companhia;
- (d)** Salvo nos casos de protestos efetuados por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Companhia, protesto de títulos contra a Companhia em valor superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais);
- (e)** Qualquer venda, transferência ou outra forma de alienação, total ou substancial dos ativos da Companhia, inclusive os intangíveis, ou que de outra forma possa ser considerada uma liquidação ou dissolução da Companhia;
- (f)** Qualquer cessão ou licença com exclusividade com relação a qualquer Propriedade Intelectual da Companhia, exceto para as Sociedades Grupo Fiibo que sejam Controladas pela Companhia, sem o prévio consentimento do Debenturista; e
- (g)** Uso dos recursos da Emissão para fins alheios ao previsto nesta Escritura, sem o prévio consentimento do Debenturista. Informamos que todas essas cláusulas vêm sendo cumpridas e acompanhadas periodicamente e por este motivo, otimistas que a finalidade do contrato será cumprida, não realizamos neste exercício a correção monetária do valor aportado.

10. Patrimônio líquido**10.1. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia era de R\$ 15.565.660,00 representado por 3.260.546 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

10.2. Reserva legal

A reserva legal é uma parcela do lucro líquido anual que as empresas são obrigadas a destinar até que atinjam um determinado percentual do capital social. Esse percentual é definido pela própria lei, estipulando que 5% do lucro líquido deve ser destinado a essa reserva até que ela atinja 20% do capital social da empresa.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

A finalidade principal da reserva legal é fortalecer a estrutura financeira da empresa, proporcionando uma fonte adicional de recursos para momentos de dificuldade ou para investimentos futuros. Além disso, essa reserva funciona como uma garantia para os acionistas e credores, mostrando a capacidade da empresa de enfrentar eventuais crises.

10.3. Distribuição de dividendos

De acordo com a legislação, a distribuição de dividendos deve respeitar alguns princípios e limitações. Em primeiro lugar, a empresa só pode distribuir dividendos se tiver lucro líquido apurado em balanço patrimonial anterior, ou seja, não pode distribuir mais do que realmente lucrou.

Além disso, a lei estabelece que a distribuição de dividendos deve ser feita de forma igualitária entre as classes de ações, a menos que o estatuto social da empresa estabeleça uma preferência para determinada classe de ações.

É importante ressaltar que a distribuição de dividendos está sujeita à disponibilidade de lucros e à decisão da assembleia geral de acionistas. A assembleia pode deliberar sobre a distribuição de dividendos com base nos resultados financeiros da empresa, nas projeções futuras e em outras considerações relevantes.

Por fim, é importante destacar que a distribuição de dividendos não pode comprometer a situação financeira da empresa, especialmente sua capacidade de investimento e sua estabilidade financeira no longo prazo. Portanto, a lei busca equilibrar o interesse dos acionistas por remuneração com a necessidade de preservação do capital e o desenvolvimento sustentável da companhia.

11. Receita Líquida

	Consolidado	
	2024	2023
Receita bruta de vendas e prestação de serviços		
Prestação de serviço (i)	7.753.584	7.201.440
Deduções da receita bruta		
Impostos sobre vendas e serviços	(516.359)	(489.688)
Total	7.237.225	6.711.752

(i) O aumento da receita foi impulsionado por novas vendas e aumento de receita de clientes da base.

12. Custos dos serviços prestados

	Consolidado	
	2024	2023
Salários, encargos e benefícios	(1.569.377)	(1.034.331)
Custo de cobertura assistencial	(2.378.867)	(1.042.297)
Total	(3.948.244)	(2.076.628)

O aumento nos custos e despesas anuais é explicado pelo investimento direto no negócio. Esses investimentos buscam ampliar e aprimorar a qualidade dos serviços e otimizar a eficiência operacional. Embora representem um dispêndio inicial, a perspectiva de retorno a longo prazo é crucial para fortalecer a empresa e manter sua competitividade

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Despesas gerais e administrativas

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Despesas comerciais	(2.486.637)	(2.943.790)	-	-
Despesas tributárias	(2.423)	(2.568)	(497)	(1.059)
Despesas com pessoal	(2.486.790)	(1.575.488)	(21.191)	(45.195)
Honorários de serviços técnicos	(202.856)	(1.322.442)	(139.756)	(298.061)
Honorários advocatícios	(278.173)	(404.331)	(69.058)	(147.283)
Consultoria	(1.022.438)	(1.414.475)	(602.268)	(1.284.475)
Licença de software	(644.048)	(393.406)	(792)	(1.691)
Despesas gerais e administrativas	(2.959.599)	(3.487.084)	(606.027)	(1.292.493)
Total	(10.082.964)	(11.543.584)	(1.439.589)	(3.070.257)

O Redução nas despesas anuais é explicado pela otimização dos gastos. Esses nova política busca aprimorar a utilização dos recursos e a eficiência operacional.

14. Resultado financeiro

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Juros ativos	269.140	108.742	-	-
Rendimentos sobre aplicações financeiras	538.824	520.612	468.727	479.333
Outras receitas financeiras	-	172	-	-
Total	807.964	629.526	468.727	479.333
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e outros	(291.218)	(217.809)	-	-
Outras despesas financeiras	(315.500)	(257.313)	(300.485)	(107.985)
Total	(606.718)	(475.122)	(300.485)	(107.985)
Resultado financeiro líquido	201.246	154.404	168.242	371.348

15. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

16. Instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Empresa foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Empresa não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira.

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2024 e 2023 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

Instrumentos financeiros	2024		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	4.316.859	4.316.859	4.316.859
Contas a receber	953.164	953.164	953.164
Total	5.270.023	5.270.023	5.270.023
Passivos			
Fornecedores	1.757.006	1.757.006	1.757.006
Total	1.757.006	1.757.006	1.757.006

Instrumentos financeiros	2023		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	9.630.368	9.630.368	9.630.368
Contas a receber	1.348.203	1.348.203	1.348.203
Total	10.978.571	10.978.571	10.978.571
Passivos			
Fornecedores	1.550.081	1.550.081	1.550.081
Total	1.550.081	1.550.081	1.550.081

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos.

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Hierarquia do valor justo

A Empresa usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos financeiros	2024		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	4.316.859	-	-
Contas a receber	953.164	-	-
Total	5.270.023	-	-

Passivos			
Fornecedores	1.757.006	-	-
Total	1.757.006	-	-

Instrumentos financeiros	2023		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	9.630.368	-	-
Contas a receber	1.348.203	-	-
Total	10.978.571	-	-

Passivos			
Fornecedores	1.550.081	-	-
Total	1.550.081	-	-

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

Contas a receber e fornecedores

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas.

b) Fatores de riscos

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de taxa de juros.

Estrutura de gerenciamento de risco**i) Risco de crédito**

A Empresa não possui concentração de risco de crédito de clientes, em decorrência da diversificação da carteira de clientes, além de proceder o contínuo acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Empresa somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de rating.

ii) Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro recursos de caixa e equivalentes de caixa ou acessos a recursos imediatos. Desta forma, a Empresa realiza operações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos riscos de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço de commodities. Nossos instrumentos financeiros afetados pelo risco de taxas de juros incluem financiamentos a pagar e aplicações financeiras.

iii) Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Empresa ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, as aplicações financeiras que são contratadas pela variação do CDI, e, portanto, sujeitas a taxas de juros variáveis.

iv) Operações com instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Empresa não possui operações com instrumentos financeiros derivativos

17. Eventos subsequentes

Entrega dos canais e fortalecimento operacional

Em 2024, o Grupo Fiibo avançou na execução de seu plano estratégico com a entrega dos contratos firmados com canais parceiros, consolidando uma base sólida para expansão operacional. A ativação desses canais representa uma alavanca relevante de tração, reforçando a capacidade de geração de receita e escalabilidade do modelo de negócios.

Como forma de acelerar esse movimento, a empresa avalia a captação de novos recursos, ainda em fase preliminar de negociação e sem impactos nas demonstrações financeiras de 2024.

O Grupo segue focado na entrega dos compromissos assumidos, com disciplina financeira e aderência às melhores práticas de governança.

Edson Bezerra Valença Junior

CPF: 058.763.923-75

CRC-CE: 028699-5

CONTADOR

Italo Martins de Oliveira

CPF: 830.699.253-91

ADMINISTRADOR